



PORTUGAL E ESPANHA 1986-2006

VINTE ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA



O SIGNIFICADO DA EUROPA

Para Portugal e para Espanha, falar de Europa é falar, talvez, dos vinte melhores anos da vida dos dois países ibéricos. É verdade que as coisas são relativas, têm o seu tempo histórico. Mas a nossa memória colectiva, cá e lá, neste espaço comum que dividimos e que muitas vezes amarrou um ao outro os nossos dois destinos, raras vezes nos oferece um período de confiança, de progresso e de liberdade como este que hoje celebramos.

Serve, pois, esta exposição conjunta dos vinte anos que leva a integração de Portugal e de Espanha na União Europeia, para colocá-los em perspectiva e contribuir para um debate europeu, capaz de mobilizar também as novas gerações de portugueses e espanhóis, como mobilizou há mais de vinte anos as gerações que tiveram a responsabilidade de conduzir os dois países à Europa democrática, livre e desenvolvida da qual andaram arredados durante tantos anos.

Por isso, é justo dizer que esta exposição, mais do que um tributo aos protagonistas de então, quer aproximar os jovens da génese da realidade que hoje usufruem com naturalidade.

Percorrendo cada uma das fotografias que imobilizou um momento simbólico desta caminhada conjunta, é-nos dada a medida das transformações alcançadas nestes vinte anos, que não se contabilizam apenas em índices de riqueza e de bem-estar. Mas, em primeiro lugar, na mudança de horizontes, de interesses e de perspectivas em relação a nós próprios e ao mundo.

É este roteiro da mudança que guia a nossa exposição. Ela começa precisamente por lembrar a história da Europa Ocidental do pós-guerra, à qual regressámos em 1986, depois de nos termos libertado das ditaduras que não nos permitiram partilhar, desde o início, o projecto de integração europeia. Uma história que, passo a passo, conduziu a Europa dos escombros de uma guerra fratricida até à paz, à prosperidade partilhada e solidária e, sobretudo, à contínua expansão da liberdade, que hoje abrange quase todo o continente.

Tivemos, pois, que reconquistar primeiro a nossa liberdade para ter o direito a aderir à Comunidade de democracias europeias fundada em 1958.

Portugal foi precursor. Foi em Lisboa, numa madrugada de Abril de 1974, que se iniciou a “terceira vaga de democratização” que Samuel Huntington refere na sua obra célebre, que rumou à Grécia dos coronéis e à Espanha de Franco, atravessou o Atlântico até à América Latina e regressou à Europa para derrubar a ordem de lalta que a dividiu até 1989.

Nessa madrugada do dia 25 de Abril de 1974, foram os “capitães”, cansados e revoltados com uma guerra colonial sem fim à vista, travada contra a história e contra o tempo, que derrubaram o regime autoritário de Salazar e Caetano. Abriram, com o seu acto corajoso, um novo capítulo da história do país que ainda estava por escrever, mas cujo acto fundador foram os cravos nos canos das espingardas. Em Espanha, os franquistas extraíram lições opostas do que sucedia no país vizinho, que haviam de determinar os caminhos da democratização.

Em Lisboa, a transição democrática passava por convulsões agudas, dividindo os militares revolucionários, os partidos defensores de uma democracia de tipo ocidental, simbolizados no Partido Socialista de Mário Soares, e as forças políticas que queriam instaurar em Portugal uma “democracia popular”, encabeçadas pelo Partido Comunista de Álvaro Cunhal. Não foram suficientes as primeiras eleições livres, em Abril de 1975, com a vitória esmagadora do PS, que já então erguia a bandeira da “Europa connosco”, e dos partidos democráticos à sua direita. Foi preciso um confronto militar, que levou o país à beira da guerra civil, para que se resolvesse definitivamente o destino da revolução portuguesa a favor da democracia liberal. Nesses momentos difíceis, contou a solidariedade das democracias europeias para que Portugal não voltasse, agora por outras vias, à marginalidade política.

Em Espanha, a transição seguiu o caminho “da Lei à Lei, passando pela Lei”. Foi “pactada”, poupou tempo e esforços.

Mas em ambos os países a Europa vai ser, desde a primeira hora, o lugar geométrico de todas as soluções para os problemas acumulados de um e de outro lado da fronteira. Lá dizia-se: “A Espanha é o problema, a Europa a solução”. Em Portugal, “o regresso à Europa” foi o factor estratégico que permitiu consolidar a vitória das forças democráticas.

Decidido o rumo da revolução portuguesa, aprovada a primeira Constituição democrática, empossado o primeiro governo constitucional, liderado por Mário Soares, Portugal apresenta em Bruxelas, no dia 28 de Março de 1977, o seu pedido formal de adesão à Comunidade Europeia. Consolidar a democracia era o grande objectivo. Mas havia também motivações de natureza económica. Atrasado em relação à Europa, Portugal precisava de acelerar o seu desenvolvimento económico e via na integração europeia uma alavanca indispensável.

Foram longas, minuciosas e penosas as negociações que, em Março de 1985, haviam de culminar numa conclusão feliz. A 12 de Junho, os dois países ibéricos assinariam em duas cerimónias magníficas e comoventes — primeiro, no Mosteiro dos Jerónimos de Lisboa, depois no Palácio Real de Madrid — os respectivos Tratados de Adesão. Nascia a Europa dos Doze.

Desde então, participámos de forma activa e empenhada em todas as transformações que a Comunidade sofreu. Do Acto Único, que criou o grande mercado interno, ao nascimento da União Europeia, em Maastricht, fruto da

“súbita aceleração da História” de 1989, com a queda do Muro de Berlim e o fim da Europa de lalta. Dos Quinze de 1995 aos Vinte Cinco de 2004. Do euro, a que pertencemos desde o início, aos esforços por dotar a Europa de uma capacidade de acção externa, digna desse nome e de uma defesa comum.

Em 1992, com a primeira presidência portuguesa da União, a visão “económica” da integração, que ainda prevaleceu nos primeiros anos da adesão, começou a dar lugar a uma visão política mais global. Durante os seis meses da presidência, era então Cavaco Silva o primeiro-ministro de um governo de centro-direita, os portugueses vêem-se pela primeira vez como “europeus autênticos”.

Com a chegada do Partido Socialista de António Guterres ao governo, em 1995, acelera-se esta viragem fundamental da política europeia de Lisboa. A partir daí, a ideia de que “Portugal tem de estar sempre no centro da construção europeia” passa a dominar o comportamento português em Bruxelas. “Estar no centro da Europa” é a única maneira de contrariar a posição periférica e combater a marginalidade geográfica, histórica e económica de Portugal. “Estar no centro da Europa” passa a querer dizer que o país tem de estar presente no núcleo mais avançado da integração, com as vantagens mas também as responsabilidades inerentes. Participámos, ao lado dos nossos parceiros da UE e da NATO, nas missões militares para impor a paz na Bósnia (1986) e no Kosovo (1999). Contra todas as expectativas iniciais, fizemos parte do primeiro núcleo de países que adoptou a moeda única europeia, em Janeiro de 1999. Foi por iniciativa portuguesa, e em total sintonia com Madrid, que a União Europeia começou a despertar para a nova era da globalização, com o lançamento da “estratégia de Lisboa”, no Conselho Europeu em Março de 2000, durante a segunda presidência portuguesa.

Ganhámos muito com a Europa. Desenvolvimento e riqueza, graças à solidariedade do fundos comunitários. Mas também peso e respeito internacionais. Qual teria sido o destino de Timor-Leste quando se jogou o seu destino como nação independente, se Portugal não fosse um membro da União Europeia? Levámos também muita coisa. Novas dimensões da política externa, com os vínculos históricos dos dois países à América Latina, a África e ao Mediterrâneo. Um empenho entusiasmado no projecto europeu que ainda não esmoreceu.

Hoje, que já somos “velhos europeus”, é um português, José Manuel Durão Barroso, que preside à Comissão Europeia, e um espanhol, Josep Borrell, que preside ao Parlamento Europeu. É outro espanhol, Javier Solana, é o seu Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum.

É preciso dizer mais? Creio que não. A não ser que a nossa comum aventura europeia apagou com uma rapidez inesperada a desconfiança mútua com que nos olhámos, portugueses e espanhóis, ao longo da nossa história secular.

	CRONOLOGIA	1948
AS GRANDES DATAS DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA		1950
		1951
		1955
		1957
		1960
		1962
		1963
		1965
		1966
		1967
		1970
		1972
		1973
		1974
		1975
		1977
		1978
		1979
		1981
		1985
		1986
		1987
		1989
		1990
		1991
	1992	
	1993	
	1994	
	1995	
	1997	
	1998	
	1999	
	2000	
	2001	
	2002	
	2003	
	2004	
	2005	

1948

7-11 de Maio

Congresso da Europa, em Haia. Delegados de mais de vinte países europeus discutem formas de cooperação e decidem a criação de uma Assembleia da Europa e de um Conselho da Europa para preparar a integração política.

1950

9 de Maio

Num discurso inspirado por Jean Monnet, Robert Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, propõe a integração das indústrias do aço e do carvão da França e da Alemanha, que devem ser geridas por uma mesma organização, aberta aos restantes países da Europa Ocidental. Esta proposta, conhecida como “Declaração Schuman” é o primeiro passo para a criação das Comunidades Europeias em 1958.

1951

18 de Abril

Assinatura do Tratado de Paris, que cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), pelos seis países fundadores: França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. A CECA entra em vigor a 23 de Julho de 1952 por um período de 50 anos.

1955

1 e 2 de Junho

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis, reunidos em Messina, decidem alargar a integração europeia a novos domínios da economia.

8 de Dezembro

O Conselho de Ministros do Conselho da Europa adopta como símbolo a bandeira azul com as doze estrelas douradas.

1957

25 de Março

Assinatura do Tratado de Roma que cria a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom), pelos seis países da CECA — França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. O Tratado entra em vigor a 1 de Janeiro de 1958.

TRATADO DE ROMA

Roma (25-3-1957)

Assinatura dos tratados constitutivos da CEE (Comunidade Económica Europeia) e do Euratom (Comunidade Europeia da Energia Atómica).

Os Chefes de Governo da França, Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Itália e República Federal da Alemanha dão origem às Comunidades Europeias.

(Foto: Efe)



1960

4 de Janeiro

Assinatura em Estocolmo do Acordo Europeu de Livre Comércio (EFTA), que integra a Áustria, Dinamarca, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça e Portugal.

1962

30 de Junho

Entra em vigor a Política Agrícola Comum (PAC), tendo como objectivo criar um mercado único de produtos agrícolas e fomentar a solidariedade financeira e através do Fundo Europeu de Orientação Garantia Agrícola (FEOGA).

1963

14 de Janeiro

O Presidente da França, General Charles De Gaulle, anuncia o veto à entrada do Reino Unido na CEE.

1965

8 de Abril

Assinatura do Tratado que funde os executivos das três Comunidades (CECA, CEE e Euratom), constituindo-se um Conselho e uma Comissão únicos das Comunidades Europeias. O Tratado entra em vigor a 1 de Julho de 1967.

1966

29 de Janeiro

O Compromisso do Luxemburgo põe fim à chamada “crise da cadeira vazia”, aberta pela França que, durante sete meses, se recusa a tomar assento à mesa do Conselho. O compromisso prevê, como contrapartida ao fim da regra da unanimidade, o recurso ao veto quando “interesses muito importantes” de um país estejam em causa.

1967

11 de Maio

O Reino Unido volta a apresentar o pedido de adesão à CEE, seguido pela Irlanda, Dinamarca e Noruega. De Gaulle volta a vetar.

1970

22 de Abril

Assinatura no Luxemburgo do Tratado que permite o financiamento progressivo das Comunidades através de recursos próprios e que amplia os poderes de controlo orçamental do Parlamento Europeu (PE).

30 de Junho

Iniciam-se as negociações de adesão com os quatro países candidatos à CEE.

1972

22 de Janeiro

Assinatura em Bruxelas dos Tratados de Adesão do Reino Unido, Dinamarca, Irlanda e Noruega.

24 de Abril

Constituição da “serpente monetária”. Os Seis decidem limitar as margens de flutuação das respectivas moedas entre si aos 2,25 por cento.

1973

1 de Janeiro

Reino Unido, Irlanda e Dinamarca tornam-se membros da CEE, depois de um referendo negativo na Noruega. Nasce a Europa dos Nove.

1974

25 de Abril

Um golpe militar, organizado por capitães das Forças Armadas, derruba a ditadura de Salazar e Caetano, há 48 anos no poder em Portugal.

APOIO AO 25 DE ABRIL PORTUGUÊS

Lisboa (1-5-1974)

Manifestação do Primeiro de Maio em Lisboa, transformada em demonstração de apoio ao Movimento das Forças Armadas, na sequência do golpe militar de 25 de Abril. (Foto: Efe/Sipa Press)



9 e 10 de Dezembro

Os chefes de Estado e de Governo dos Nove decidem reunir-se regularmente no Conselho Europeu, propõem a eleição do Parlamento Europeu por sufrágio directo e universal e a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

1975

28 de Fevereiro

Assinatura em Lomé de uma Convenção (Lomé I) entre a CEE e 46 Estados de África, Caraíbas e Pacífico.

22 de Julho

Assinatura do Tratado que aumenta os poderes orçamentais do PE e que cria um Tribunal de Contas europeu. Entra em vigor em 1 de Junho de 1977.

1977

28 de Março

Portugal apresenta em Bruxelas o pedido de adesão à CEE.

26 de Julho

A Espanha apresenta em Bruxelas o pedido de adesão à CEE.

1978

19 de Maio

A Comissão Europeia dá parecer favorável ao pedido de adesão de Portugal.

6 de Junho

O Conselho aprova o pedido de adesão de Portugal e dá início às negociações.

6 e 7 de Julho

No Conselho Europeu de Bremen, a França e a Alemanha propõem o relançamento da cooperação monetária mediante a criação do Sistema Monetário Europeu (SME), que substitui a “serpente monetária”.

29 de Novembro

A Comissão dá parecer favorável ao pedido de adesão de Espanha.

1979

5 de Fevereiro

Início das negociações de adesão da Espanha.

13 de Março

O SME entra em vigor.

28 de Maio

Assinatura do Tratado de Adesão da Grécia à CEE.

7 a 10 de Junho

Primeiras eleições universais e directas para o Parlamento Europeu.

1981

1 de Janeiro

A Grécia torna-se membro da CEE, que passa a ter 10 Estados-membros.

1985

7 de Janeiro

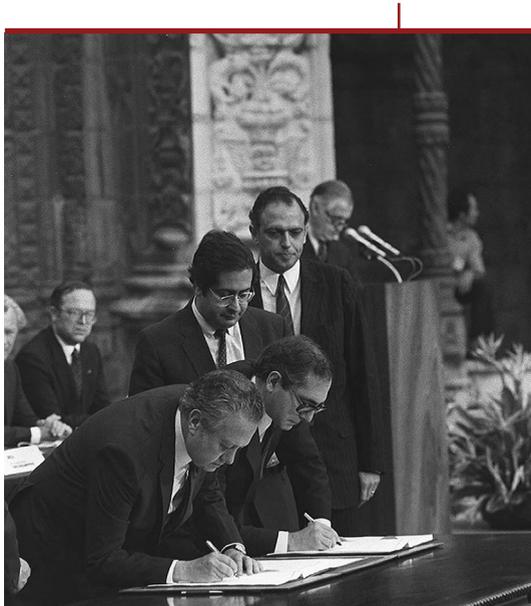
O francês Jacques Delors é nomeado Presidente da Comissão Europeia (1985-94).

29 e 30 de Março

O Conselho Europeu aprova a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades.

12 de Junho

Assinatura dos Tratados de Adesão de Portugal (em Lisboa) e Espanha (em Madrid) à CEE.



A ASSINATURA

Lisboa (12-6-1985)

O Primeiro-Ministro, Mário Soares e o Vice-Primeiro Ministro, Rui Machete, secundados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e pelo Ministro das Finanças, Ernâni Lopes, assinam o tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, na cerimónia que decorreu no Mosteiro dos Jerónimos. (Foto: Lusa/Acácio Franco)

14 de Junho

Assinatura do Acordo de Schengen.

2 a 4 de Dezembro

O Conselho Europeu do Luxemburgo decide rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia mediante o Acto Único Europeu, que prevê a criação do Mercado Interno, em 1993.

1986

1 de Janeiro

Portugal e Espanha tornam-se membros da Comunidade Europeia. Nasce a Europa dos Doze.



HASTEAR DE BANDEIRAS
Bruxelas (1-1-1986)

Hastear das bandeiras espanhola e portuguesa, no dia da adesão oficial à Comunidade Económica Europeia. (Foto: Efe)

28 de Fevereiro

Assinatura do Acto Único Europeu, que entra em vigor a 1 de Julho de 1987.



SESSÃO DE BOAS-VINDAS

Estrasburgo (3-1-1986)
Sessão de boas-vindas aos deputados europeus portugueses e espanhóis, celebrada em Janeiro de 1986, no Parlamento Europeu, sob a presidência do francês Pierre Pflimlin, e na presença do Secretário-Geral, o italiano Enrico Vinci. (Foto: Parlamento Europeu)

1987

13 de Maio

O Banco de Espanha assina um acordo para integrar o Sistema Monetário Europeu.

10 de Junho

Primeiras eleições em Espanha para o Parlamento Europeu.

15 de Junho

Início do Programa Erasmus, que presta apoio aos jovens europeus que desejem continuar os seus estudos noutros países das Comunidades.

19 de Julho

Primeiras eleições para o Parlamento Europeu em Portugal.

10 de Novembro

O Banco de Portugal assina um acordo para integrar o Sistema Monetário Europeu.

1989

1 de Janeiro

A Espanha assume, pela primeira vez, a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

19 de Junho

A peseta espanhola entra no Mecanismo das Taxas de Câmbio do SME.

26 e 27 de Junho

O Conselho Europeu de Madrid adopta um conjunto de medidas sobre a União Económica e Monetária (UEM).

9 de Novembro

Queda do Muro de Berlim.

9 de Dezembro

O Conselho Europeu de Estrasburgo decide convocar uma Conferência Intergovernamental (CIG) sobre o aprofundamento da integração política e monetária europeia.

1990

19 de Junho

Assinatura da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, que visa abolir os controlos nas fronteiras entre os Estados-membros.

3 de Outubro

Reunificação da Alemanha.

14 de Dezembro

Abertura das duas Conferências Intergovernamentais sobre a união política e a união monetária, em Roma.

1991

9 e 10 de Dezembro

O Conselho Europeu de Maastricht aprova o Tratado da União Europeia, que prevê uma política externa e de segurança comum, maior cooperação no âmbito da justiça e assuntos internos e a criação de uma união económica e monetária (UEM) com uma moeda única.

1992

1 de Janeiro

Portugal assume, pela primeira vez, a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

PORTUGAL 92

Lisboa (27-6-1992)

O Primeiro-Ministro português, Aníbal Cavaco Silva, e o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, participam numa conferência de imprensa durante o Conselho Europeu de Lisboa, o primeiro celebrado em Portugal, no Centro Cultural de Belém. (Foto: Lusa/Manuel Moura)



7 de Fevereiro

Assinatura do Tratado da União Europeia em Maastricht, Holanda, que entra em vigor a 1 de Novembro de 1993.

6 de Abril

O escudo português entra no Mecanismo das Taxas de Câmbio do SME.

2 de Junho

A Dinamarca rejeita, em referendo, o Tratado de Maastricht.

25 de Novembro

A Espanha ratifica o novo Tratado.

11 de Dezembro

Portugal ratifica o novo Tratado.

1993

1 de Janeiro

Entra em vigor o Mercado Único Europeu.

1 de Novembro

Entra em vigor o Tratado da União Europeia.

1994

9 a 12 de Junho

Quartas eleições directas para o Parlamento Europeu.

24 e 25 de Junho

No Conselho Europeu de Corfu a Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega assinam os respectivos Tratados de Adesão à União Europeia (UE).

1995

1 de Janeiro

Áustria, Finlândia e Suécia tornam-se membros da União Europeia (novo referendo negativo na Noruega). Nasce a Europa dos Quinze.

26 de Março

Entra em vigor o Acordo de Schengen entre a Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Espanha.



PASSAPORTE SCHENGEN

Madrid (26-3-1995)

Um agente da polícia dá passagem a um viajante no aeroporto de Barajas, depois da entrada em vigor dos Acordos de Schengen de supressão das fronteiras comunitárias, subscritos pela Espanha, Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo e Portugal.

(Foto: Efe/Kote Rodrigo)

1 de Julho

A Espanha assume, pela segunda vez, a presidência do Conselho da União Europeia.

27 e 28 de Novembro

Realiza-se em Barcelona a primeira Conferência Euro-Mediterrânica, que estabelece uma parceria entre a UE e os países do Sul do Mediterrâneo.

15 e 16 de Dezembro

O Conselho Europeu de Madrid lança uma nova Conferência Intergovernamental para rever os Tratados e é confirmada a data do início da moeda única para 1 de Janeiro de 1999.

1997

16 e 17 de Junho

O Conselho Europeu de Amesterdão aprova o novo Tratado, que confere novas competências à UE, facilita a passagem para a terceira fase da UEM e abre caminho a um novo processo de alargamento a leste.

2 de Outubro

Assinatura do Tratado de Amesterdão, que entra em vigor a 1 de Maio de 1999.

1998

30 de Março

Início das negociações de adesão de Chipre, Malta, República Checa, Estónia, Hungria, Eslovénia e Polónia.

3 de Maio

O Conselho Europeu de Bruxelas decide que onze Estados-membros reúnem as condições necessárias para adoptar a moeda única a 1 de Janeiro de 1999. São eles: Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Irlanda, Áustria, Finlândia, Espanha e Portugal.

31 de Dezembro

Adopção das taxas de conversão fixas e irrevogáveis entre cada uma das divisas que integram o euro.

1999

1 de Janeiro

As onze moedas dos países que passaram à terceira fase da UEM desaparecem para dar origem ao euro. A moeda única é introduzida nos mercados financeiros e o Banco Central Europeu (BCE) passa a ser responsável pela política monetária definida e aplicada em euros. As notas e moedas das antigas divisas continuam a circular mas como denominações do euro.

3 e 4 de Junho

O Conselho Europeu de Colónia nomeia o espanhol Javier Solana para o cargo de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). É decidida a elaboração de uma Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (UE).

10 a 13 de Junho

Quintas eleições directas para o Parlamento Europeu.

15 e 16 de Outubro

O Conselho Europeu de Tempere decide a criação de um Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça.

10 e 11 de Dezembro

O Conselho Europeu de Helsínquia alarga as negociações de adesão a mais cinco países (Letónia, Lituânia, Eslováquia, Bulgária e Roménia) e reconhece à Turquia o estatuto de país candidato.

2000

1 de Janeiro

Início da segunda presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

23 e 24 de Março

O Conselho Europeu de Lisboa adopta uma nova agenda de reformas económicas e sociais, que visa fazer da economia europeia em 10 anos a mais competitiva do mundo, baseada no conhecimento. Esta agenda passa a ser conhecida por “estratégia de Lisboa”.



A “AGENDA DE LISBOA”

Lisboa (23-3-2000)

Os líderes da UE no Conselho Europeu que estabeleceu a “Agenda de Lisboa” para modernizar a economia (adaptando-a à revolução da Internet) e activar a luta contra o desemprego. (Foto: Efe/José Huesca)

7 a 11 de Dezembro

O Conselho Europeu de Nice aprova uma nova revisão dos Tratados, que reforma o sistema de tomada de decisões da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Conselho Europeu, da Comissão e do Parlamento Europeu proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (UE).

2001

2 de Janeiro

A Grécia passa a integrar a zona euro.

26 de Fevereiro

Assinatura do Tratado de Nice, que modifica o Tratado da UE e os Tratados constitutivos das Comunidades e que entra em vigor a 1 de Fevereiro de 2003.

11 de Setembro

Atentados terroristas contra Nova Iorque e Washington.

14 e 15 de Dezembro

O Conselho Europeu de Laeken adopta uma declaração sobre o futuro da UE, que lança uma nova reforma dos tratados. Decide a convocação de uma Convenção sobre o Futuro da Europa, com representantes dos governos, dos parlamentos nacionais, do Parlamento Europeu e da Comissão, presidida por Valéry Giscard d'Estaing, para preparar um novo projecto de tratado.

ADEUS AO ESCUDO E À PESETA

Lisboa-Madrid (1-1-2002)

Portugueses e Espanhóis fizeram fila, desde o início da manhã, em frente ao Banco de Espanha, em Madrid, e ao Banco de Portugal, em Lisboa, para trocar escudos e pesetas por euros, no primeiro dia de circulação da nova moeda.

(Fotos: Lusa/Manuel Moura e Efe/Bernardo Rodríguez)

2002

1 de Janeiro

Início da circulação das moedas e das notas de euro nos doze países da zona euro. A Espanha assume a sua terceira presidência do Conselho da União Europeia.



31 de Maio

Os Quinze ratificam o Protocolo de Quioto.

13 de Dezembro

O Conselho Europeu de Copenhaga aprova a adesão de 10 países — República Checa, Hungria, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Chipre e Malta —, marcada para 1 de Maio de 2004, e aceita fixar uma data para o início das negociações com a Turquia.

2003

16 de Abril

Assinatura em Atenas dos Tratados de Adesão dos 10 futuros Estados-membros.

10 de Julho

Conclusão dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa com a adopção de um projecto de Constituição europeia.

4 de Outubro

Inicia-se em Roma uma Conferência Intergovernamental encarregada de redigir o novo Tratado Constitucional.

2004

11 de Março

Atentado terrorista em Madrid.

1 de Maio

A República Checa, Polónia, Hungria, Eslovénia, Eslováquia, Letónia, Lituânia, Estónia, Malta e Chipre tornam-se membros da UE. Nasce a Europa dos Vinte Cinco.



PARLAMENTO ALARGADO

Estrasburgo (4-5-2004)

Vista geral do Plenário do Parlamento Europeu durante a primeira sessão com os representantes dos dez novos Estados-membros da UE. (Foto: Efe/Christian Hartmann)

10 a 13 de Junho

Sextas eleições directas para o Parlamento Europeu.

20 de Julho

O novo Parlamento Europeu elege Josep Borrel como Presidente

22 de Julho

O Parlamento Europeu aprova a escolha de José Manuel Durão Barroso como Presidente indigitado da Comissão Europeia.

29 de Outubro

Assinatura em Roma do novo Tratado Constitucional da União Europeia (UE).

22 de Novembro

Toma posse a nova Comissão Europeia presidida por José Manuel Durão Barroso.



2005

20 de Fevereiro

A Espanha é o primeiro país a aprovar por referendo o novo Tratado Constitucional.

13 de Abril

O Parlamento Europeu aprova a adesão da Roménia e da Bulgária na UE, prevendo a respectiva entrada para 2007.

29 de Maio

A França rejeita em referendo o novo Tratado Constitucional.

1 de Junho

A Holanda rejeita em referendo o novo Tratado Constitucional.

7 de Julho

Atentado terrorista em Londres.

BARROSO PRESIDENTE

Estrasburgo (17-11-2004)

O indigitado Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, apresenta a sua equipa de Comissários, no decorrer da sessão plenária no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

(Foto: Epa/Christian Hartmann)



AS SEDES

Madrid-Lisboa (2006)

Vista dos edifícios que albergam as sedes das representações do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, em Madrid e Lisboa, durante a comemoração do vigésimo aniversário da adesão dos dois países à UE. (Fotos: Parlamento Europeu)

PORTUGAL NA EUROPA EM NÚMEROS

20 ANOS DE ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

1. No total, Portugal recebeu da União Europeia, nos últimos 20 anos, 42.020 milhões de euros de Fundos Estruturais e 6.302 milhões de euros do Fundo de Coesão. Entre 2000 e 2006, 16,5% dos fundos comunitários são canalizados para a “Economia”, 12,6% para o “Emprego, Formação e Desenvolvimento Social”, 12,4% para os “Transportes” e 9,7% para a “Agricultura”.
2. O investimento em acessibilidades foi muito significativo. Em 1986, havia 196 quilómetros de auto-estradas; hoje há 2.091 quilómetros, que representam 16,5 % do total das infra-estruturas rodoviárias do país.
3. No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) a diferença de Portugal relativamente à média da União Europeia diminuiu: o PIB *per capita* (em Padrão de Poder de Compra) passou dos 54,2%, em 1986, para os 68% em 2003 (UE a 15, sem os dez novos Estados Membros). Este último valor representaria, em 2003, 74% da média da UE a 25.
4. Há 20 anos, a agricultura, a silvicultura e a pesca representavam 9,4% da economia portuguesa (Valor Acrescentado Bruto). Hoje esse valor é de 3,9%. A indústria transformadora representava 25%; hoje está nos 18,2%. Num registo inverso, o peso dos serviços subiu: de 52,5% passou para 66,9 pontos percentuais.
5. A taxa de inflação sofreu uma clara descida: dos 11,7% passou para os 2,2%.
6. As taxas de juro também mudaram radicalmente nos últimos 20 anos. Em 1986, Portugal registava uma taxa na ordem dos 15,8%. Em 2005, esse número desceu até aos 3,4%.
7. A União Europeia reforçou o seu peso enquanto parceiro comercial privilegiado de Portugal. A taxa de exportações para os países da União Europeia subiu dos 57% para os 80% e a das importações passou dos 44,9% para os 77%.
8. Há 17 anos, as despesas dos agregados familiares com produtos alimentares, bebidas e tabaco representavam 34,3% do total dos gastos. Em 2000 (data dos últimos dados disponíveis), esse número desceu para os 21,5%. No caso dos transportes subiu de 15,7% para os 18,3%, o mesmo se passando com as despesas relativas a habitação, água e electricidade que aumentaram dos 13,6% para os 19,8%. As despesas com tempos livres e cultura também subiram: dos 5,1%, em 1986, chegaram aos 6,6%, em 2003.
9. O número de telefones fixos por 100 habitantes subiu de 15 para 42. No caso dos telemóveis, a taxa de penetração situa-se hoje nos 92,8%, sendo claramente uma das mais altas de toda a União Europeia.
10. Desde que Portugal aderiu à União Europeia, a esperança de vida passou dos 70,3 anos para os 74,5 anos nos homens, e de 77,1 para os 81 anos, nas mulheres.

11. A taxa de mortalidade infantil, desceu dos 15,8 para os 5,1 por cada mil crianças.
12. Hoje há 3,3 médicos por mil habitantes. Há 20 anos esse número era de 2,3.
13. A percentagem da despesa do PIB em Investigação e Desenvolvimento passou de 26,4% da média europeia para os 40,2%. Em 1986, a despesa representava 0,41 % do PIB. Em 2003, esse número subia para os 0,78%. A meta da Agenda de Lisboa para a União Europeia situa-se nos 3%.
14. A taxa de escolarização do ensino secundário subiu, nos últimos 16 anos, dos 17,8% para os 62,5%.
15. No ensino superior, o número de estudantes portugueses em programas Erasmus passou de 25 alunos, em 1986, para os 3 782 alunos em 2004. Até 2004 participaram neste programa 28 139 estudantes.
16. Há quinze anos, a taxa de tratamento de águas residuais era de 34%, hoje é de 82%. Também a percentagem da população servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR'S) aumentou; entre 1997 e 2003 passou de 36% para 56%.
17. A recolha selectiva de vidro aumentou grandemente nos últimos 15 anos: passou de 12 722 toneladas para as 90 946 toneladas. No caso do cartão a subida foi das 1 415 para as 75 692 toneladas e, no campo das embalagens, o diferencial passou das 484 toneladas para as 16 911 toneladas.
18. O número de pessoas a fazerem turismo em Portugal (portugueses e estrangeiros) era, há 20 anos, de 5 624 370. Em 2004, esse número atingiu os 10 961 968.
19. Há 20 anos, o saldo migratório do nosso país era claramente negativo, saíram mais 26 949 indivíduos do que aqueles que entraram. Hoje, a diferença entre os que deixam Portugal e os que escolhem o nosso país para residir já é positiva: 47 229 pessoas.
20. A taxa de acidentes de trabalho por cem mil trabalhadores desceu de 5,9 em 1994 para os 4,0 em 2002. Em 1990 registaram-se 305 512 acidentes, em 2001 esse número chegou aos 244 936.

Fevereiro 2006

Fontes: INE, Eurostat, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

EXPOSIÇÃO

Título: PORTUGAL E ESPANHA, 1986-2006, 20 ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA

Inauguração no Parlamento Europeu, em Bruxelas: 23 de Março de 2006

Comissária para Portugal: Teresa de Sousa

Organização e produção: Gabinete em Portugal e Espanha do Parlamento Europeu em cooperação com as Representações em Portugal e Espanha da Comissão Europeia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e a Agência Lusa

Inauguração na Assembleia da República: 11 de Maio de 2006

Organização em colaboração com a Assembleia da República.

BROCHURA

Título: PORTUGAL E ESPANHA, 1986-2006, 20 ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA

Edição: Divisão de Edições da Assembleia da República

Design gráfico: Nuno Timóteo

Impressão: Fernandes & Terceiro, Lda.

Lisboa, Assembleia da República, Maio de 2006

ISBN

Fotografia da capa:

EUROPA SEM FRONTEIRAS

Lisboa (4-3-1988)

Um grupo de crianças saúda com bandeiras europeias, durante o acto de supressão de fronteiras entre Espanha e Portugal.

(Foto: Lusa/Cristina Fernández)